

Senadores tentam votar hoje 14 MPs e mudança na Lei Kandir

Acordo definido na semana passada pode viabilizar decisão do Plenário, que procura evitar a perda de validade das medidas provisórias. Na Comissão Mista de Orçamento, começa o prazo para apresentação de emendas coletivas e individuais, que termina na quinta-feira. **Páginas 2 e 3**

Efraim defende 13º salário para Bolsa Família

O senador Efraim Morais pediu ontem a aprovação de seu projeto que institui o abono natalino, correspondente ao 13º salário, para os beneficiários do programa Bolsa Família. Efraim criticou o PT por considerar seu projeto como eleitoreiro e por “inventar mentiras” sobre Geraldo Alckmin. **Página 5**

Oposição quer apurar “operação abafa”, que Viana contesta

O presidente do PSDB, Tasso Jereissati, acusou ontem o governo de “usar a Polícia Federal de maneira fascista”. Depois de se reunir com os presidentes do PFL, Jorge Bornhausen, e do PPS, Roberto Freire, Jereissati cobrou investigação transparente sobre o escândalo da tentativa de compra de dossiê contra o PSDB.

Os partidos que apóiam a candidatura de Geraldo Alckmin pedirão ao TSE que investigue a suposta “operação abafa” e o apoio do governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, a Lula após receber promessa de liberação de R\$ 3 bilhões



Tasso Jereissati diz que o governo federal transformou a PF em “polícia política”



Tião Viana lamenta que a revista *Veja* tenha levantado suspeitas sobre o trabalho da PF

para reescalonamento de dívidas de produtores rurais. Em Plenário, Antonio Carlos Magalhães também cobrou do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, informações sobre a origem do dinheiro do dossiê. Tião Viana leu nota em que a Polícia Federal repudia matéria publicada na revista *Veja* desta semana. De acordo com

a nota, a matéria “Um enigma chamado Freud” apresenta “relatos inverídicos e imprecisos” envolvendo os petistas presos em flagrante com R\$ 1,7 milhão num hotel de São Paulo para supostamente pagar pelo dossiê. **Páginas 4 e 5**



Geraldo Magalhães

Crianças de três a 14 anos conheceram, brincando, um pouco do funcionamento do Senado. Elas participaram do projeto *Eu Senador* o Dia das Crianças, que teve várias atividades, entre elas a apresentação de peça teatral pelo Grupo Mapati sobre o funcionamento do Congresso. **Página 7**

Entendimento entre líderes, definido na semana passada, visa assegurar o exame de medidas provisórias como a 301/06, que beneficia cerca de 320 mil funcionários públicos

Acordo prevê votação hoje de 14 MPs e mudança na Lei Kandir

Acordo entre os líderes partidários, definido na semana passada, deverá assegurar a votação, hoje, de 14 medidas provisórias que aguardam leitura pela Mesa diretora do Senado, para serem incluídas na ordem do dia. Também deve ser votado o projeto que altera a Lei Kandir, em favor da arrecadação dos estados. As 14 MPs – de números 299 a 313, de 2006 –, editadas em datas diversas, perdem a validade se não forem aprovadas até o fim deste mês.

Durante a última semana, circularam pelos corredores do Senado grupos de servidores públicos com adesivos colados à roupa com a inscrição MP 301. Isso porque a medida provisória estabelece, em seus 160 artigos, regras que beneficiam cerca de 320 mil funcionários públicos. Entre os beneficiários estão os servidores dos ministérios da Aeronáutica, Educação, Exército, Justiça, Previdência e Assistência Social, Saúde e Trabalho; das fundações Nacional de Saúde (Funasa) e Oswaldo Cruz (Fio-cruz); dos institutos Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) e Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); do Grupo de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Dacta); e do Hospital das Forças Armadas (HFA).

Também alteram a situação de servidores públicos a MP 302/06,



Esforço concentrado do Plenário inclui análise de pedidos de créditos para diversos órgãos

que institui gratificações e planos especiais de cargos para diversos órgãos do Executivo; a MP 304/06, que cria o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE); a MP 305/06, que dispõe sobre as carreiras de procurador da Fazenda Nacional, advogado da União, defensor público da União, procurador do Banco Central, policial federal e policial rodoviário federal; e a MP 309/06, que reajusta o salário básico dos servidores da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Já a MP 306/06 fixa valores dos soldos dos militares das Forças Armadas; a MP 307/06 altera a Vantagem Pecuniária Especial (VPE) devida aos militares da Polícia Militar do DF e do Corpo de Bombeiros do DF; e a MP 308/06 fixa o subsídio para a carreira de delegado de polícia do DF.

As MPs 299/06, 310/06 e 311/06 liberam créditos para ministérios, para a Justiça Eleitoral e para a Empresa Brasileira de He-

moderivados e Biotecnologia.

Reparação

Pleito antigo dos anistiados políticos, a MP 300/06 autoriza pagamento de indenização pela União. Já a MP 303/06 prevê o parcelamento de dívidas de pessoas jurídicas com a Receita Federal que venceram até fevereiro de 2003. A MP 312/06 prorroga para 2008 o prazo para que trabalhadores rurais remanescentes do extinto Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural possam requerer aposentadoria por idade e a MP 313/06 destina R\$ 10 milhões em favor de vítimas de estiagem no Sul do país.

Também deve ser votado o PLS 68/06, do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que prorroga para janeiro de 2011 a autorização para que as empresas possam abater dos impostos estaduais a pagar o ICMS embutido no preço das mercadorias para consumo próprio e nas contas de energia elétrica e de telefone.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão deliberativa às 14h

Na sessão deliberativa de hoje, às 14h, devem ser lidas pela Mesa diretora e incluídas na ordem do dia 14 medidas provisórias. Também podem ser votados o projeto que altera a Lei Kandir (PLS 68/06) e o que dispõe sobre o Estatuto da Microempresa (PLC 100/06).

CPI dos Sanguessugas pode votar requerimentos

A CPI dos Sanguessugas reúne-se às 15h para votar pedidos de novos depoimentos de pessoas acusadas de participação no episódio da compra de dossiê contra políticos tucanos.

Educação examina uso de recursos do FGTS

A Comissão de Educação (CE) realiza reunião às 11h para analisar substitutivo a 14 projetos de lei que tramitam em conjunto e têm como objetivo alterar a lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Lei 8.036/90). Pelas proposições, os recursos do FGTS deverão ser aplicados no pagamento de despesas educacionais.

Isenção de IPI na pauta da CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne às 10h para analisar, entre 21 projetos de lei em pauta, a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI (PLS 278/04). Também deve ser examinado o projeto que altera o plano de benefícios da Previdência Social para restabelecer direitos assegurados aos aposentados que permanecerem trabalhando ou que retornarem à atividade.



Código Florestal

Projeto que altera o Código Florestal (Lei 4.771/65) e cria incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a reposição florestal é um dos itens na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Além dessa proposição, a CMA analisa, a partir das 11h30, outros oito projetos, avisos e requerimentos.

Assuntos Sociais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) tem reunião agendada para amanhã, às 9h30. Os integrantes do colegiado devem deliberar sobre o projeto que prevê penalidades ao produtor rural que não cumprir normas de combate à aftosa (PLC 76/04) e a proposta do senador Tião Viana (PT-AC) que dispõe sobre a cobertura dos planos privados de saúde (PLS 44/04).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Papaléo Paes, Mão Santa e Marco Maciel

Tebet homenageia Nobel da Paz considerado pai do microcrédito



“O Brasil precisa evoluir, e muito, no microcrédito”, afirma Ramez Tebet

O economista Muhammad Yunus, de Bangladesh, ganhador do Prêmio Nobel da Paz deste ano, foi homenageado ontem pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Yunus, conhecido como “banqueiro dos pobres” e considerado o pai do microcrédito, é o fundador do Grameen Bank, instituição que atua em seu país com financiamentos para pessoas de baixa renda, principalmente com o objetivo de fomentar pequenos negócios.

Citando editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, o senador disse que “a poderosa arma de Yunus [o microcrédito] ajuda a incutir o espírito empresarial em larga escala e favorece a criação de emprego e renda; emancipa, enfim, e do modo mais digno que há”.

– O Brasil precisa evoluir,

e muito, nesse tipo de crédito – declarou Tebet, mencionando o Banco Popular, vinculado ao Banco do Brasil, como exemplo de instituição de microcrédito “que não foi para a frente”.

O senador também afirmou que o microcrédito seria diferente de mecanismos como o Bolsa Família, os quais, segundo ele, estariam limitados à transferência de recursos aos mais pobres.

Outro ponto destacado por Tebet foi o fato de que as mulheres são as principais beneficiadas pelo Banco Grameen. Estima-se que 95% dos 6,5 milhões de clientes da instituição sejam do sexo feminino. O parlamentar lembrou que os financiamentos desse banco, em geral, não são concedidos individualmente, mas para grupos de cinco pessoas, que devem atuar solidariamente tanto para receber os empréstimos como para pagar a dívida.

Ramez Tebet apresentou dois requerimentos de voto de louvor: um para a Academia Real de Ciências da Suécia, entidade que concede o Prêmio Nobel, e outro para o próprio Muhammad Yunus. Esses requerimentos receberam o apoio dos senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Papaléo Paes (PSDB-AP), que também os subscreveram.

Saturnino elogia conquista de Yunus, o “banqueiro dos pobres”

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) também elogiou a concessão do Prêmio Nobel da Paz de 2006 ao bengalês Muhammad Yunus, conhecido como “banqueiro dos pobres”, e a instituição bancária que ele criou (Grameen Bank) para viabilizar empréstimos de baixo valor à população carente de Bangladesh. Saturnino lamentou que o crescimento econômico mundial nas últimas quatro décadas não tenha se revertido em prol da superação da desigualdade social no planeta, que teria aumentado quatro vezes no período.

– De 1960 a 2000, a economia do mundo cresceu cinco vezes em valores reais. Esse crescimento econômico daria para acabar com a miséria no mundo e, no entanto, em certos lugares a miséria aumentou – disse.

A persistência do quadro de desigualdade social é fruto, afirmou o senador, do próprio modelo econômico que gerou esse crescimento. Saturnino classificou



Crescimento da economia mundial não acabou com a miséria, lamenta Saturnino

esse sistema, que exclui milhões de pessoas e privilegia uma elite cada vez menor, de “inaceitável do ponto de vista moral, não podendo mais, portanto, ser levado adiante”. Ao transportar a questão para o cenário eleitoral, o senador apontou o confronto entre dois modelos de Estado na atual campanha: “o mínimo e privatista e o desenvolvimentista com viés distributivo”. Além do sistema econômico, Saturnino entende que a política externa deveria ser o outro ponto de destaque nessa eleição.

Serão recebidas até quinta-feira emendas coletivas – de bancadas estaduais e comissões – e individuais, estas no limite de 20 propostas para cada parlamentar



Raupp (à direita, ao lado de Gilmar Machado) incorpora ao seu relatório sugestões da CPI dos Sanguessugas para inibir desvios

Prazo para emendas ao Orçamento será aberto hoje

Será aberto hoje o prazo para a apresentação de emendas ao projeto de lei do Orçamento da União para 2007 (PL 15/06-CN). As modificações à proposta do governo serão recebidas pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) até quinta-feira, envolvendo emendas coletivas (bancadas estaduais e comissões) e individuais, estas no limite de 20 propostas por senador e deputado.

Cada parlamentar terá direito a apresentar emendas individuais no total de R\$ 5 milhões. O valor foi confirmado no relatório preliminar ao projeto orçamentário, apresentado sexta-feira pelo relator-geral, senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Ele manteve ainda a orientação para que 30% sejam aplicados em ações de saúde, diretriz que visa ao cumprimento do piso obrigatório de aplicações nessa área (Emenda Constitucional 29).

Cortes

O relatório preliminar deve ser votado pela CMO em 31 de outubro ou, no mais tardar, 1º de novembro. O texto prevê um corte linear de 15% em todos os investimentos programados, que totalizam R\$ 16,2 bilhões. Com isso, serão gerados recursos para cobrir as despesas indicadas nas emendas coletivas. Para essa finalidade, os dez relatores setoriais poderão, ainda, cortar

até 40% dos investimentos superiores a R\$ 3 milhões em suas respectivas áreas. Os recursos para as emendas individuais vão ser remanejados da reserva de contingência.

No caso dos investimentos atrelados ao Projeto Piloto de Investimentos (PPI), o corte para suprir as emendas coletivas pode alcançar até 7%. O PPI envolve projetos classificados como prioritários no setor de infra-estrutura e suas dotações ficam a salvo de medidas de contingenciamento (bloqueio do gasto) adotadas pelo governo.

Reestimativa

Raupp previu uma única reestimativa das receitas orçamentárias – revisão que antecede a apresentação do relatório final. Caso sejam identificadas novas receitas, 60% dos recursos extras serão utilizados em indicações de despesas pelo próprio relator-geral e 40% para complementar emendas analisadas pelos relatores setoriais.

Tradicionalmente, o relator-geral fica com a incumbência de suprir despesas não previstas ou atendidas de forma insuficiente pelo governo na proposta enviada ao Congresso. O salário mínimo, por exemplo, vem recebendo aumentos mais elevados do que o inicialmente previsto com recursos da reestimativa. Para 2007, o governo só previu também

R\$ 3,9 bilhões para compensar os estados exportadores pelas isenções de ICMS previstas na Lei Kandir, faltando ainda R\$ 1,3 bilhão para chegar ao mesmo volume deste ano.

Sugestões do relatório preliminar da CPI dos Sanguessugas foram incorporadas ao relatório preliminar de Raupp, a fim de inibir desvios na aplicação de recursos das emendas. Pelo texto, ficam proibidas emendas destinadas a entidades privadas integradas por membros dos escalões superiores da União – parlamentares, juízes, ministros e presidente da República. O impedimento alcança ainda as entidades de que eles ou seus parentes até terceiro grau tenham participado como integrantes ou dirigentes nos últimos cinco anos.

Seminários

A CMO realiza, nos primeiros dez dias de novembro, seminários para debater a proposta orçamentária em cada uma das regiões do país. As audiências serão feitas na seguinte ordem: Florianópolis (dia 6); Belo Horizonte (7); Brasília (8); Manaus (9) e Recife (10). Encerrados esses debates, os trabalhos passarão à fase dos relatórios setoriais, que devem ser apreciados até 29 de novembro. A votação do relatório final na comissão está prevista para 6 de dezembro.

Comissão deve deliberar sobre a convocação de acusados de participação no episódio do dossiê e a investigação de ex-ministros da Saúde do PT e do PSDB



Célio Azevedo

Cerca de 200 requerimentos devem ser analisados pela CPI dos Sanguessugas em reunião que tratará ainda de assuntos administrativos

CPI pode votar hoje requerimentos de convocação e quebra de sigilos

A CPI dos Sanguessugas tem reunião marcada para hoje, às 15h, para deliberar sobre assuntos administrativos e votar cerca de 200 requerimentos de convocação de novos depoentes e de quebra de sigilos fiscal, bancário ou telefônico. Na última terça-feira, o presidente da comissão, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), adiou a votação dos requerimentos por falta de quórum.

Podem ser votados hoje os pedidos, apresentados pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), de convocação do advogado Gedimar Passos e do empresário Valdebran Padilha; de Hamilton Lacerda, ex-coordenador de comunicação da campanha do senador Aloizio Mercadante (PT) ao governo de São Paulo; do ex-assessor da

Presidência da República Freud Godoy; e do ex-secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho Osvaldo Bargas. Essas pessoas teriam sido citadas nas investigações da CPI como possíveis participantes da tentativa de compra de um dossiê que ligaria o governador eleito de São Paulo, José Serra (ex-ministro da Saúde), e o candidato do PSDB à Presidência, Geraldo Alckmin, à máfia das ambulâncias. Tuma também quer que a CPI requisite informações ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, sobre os trabalhos de apuração realizados pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) relativos à origem do dinheiro que teria como finalidade a compra do dossiê.

Outro requerimento é o da

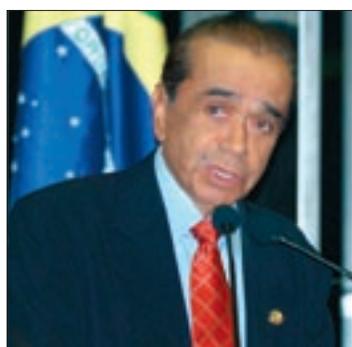
deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que pede a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do ex-ministro da Saúde Barjas Negri. Há denúncias de que as fraudes envolvendo a máfia das ambulâncias já ocorreriam em 2002, durante a gestão de Negri no Ministério da Saúde.

Também aguardam votação requerimentos que pedem a presença na comissão de ex-ministros da Saúde. O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) quer que os ex-ministros Humberto Costa e Saraiva Felipe compareçam à CPI para prestar informações relativas aos períodos em que estiveram à frente da pasta da Saúde. Já o deputado Dr. Rosinha (PT-PR) pede a presença de José Serra, pela mesma razão.

Motta critica propaganda eleitoral de Lula na TV

João Batista Motta (PSDB-ES) criticou a propaganda da campanha à reeleição do presidente Lula exibida na televisão durante o horário eleitoral gratuito. O senador afirmou que obras apresentadas como sendo realizações do governo Lula – como as de aeroportos construídos pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) – não foram executadas com recursos do Orçamento da União, mas com dinheiro levantado pelas próprias empresas por meio da cobrança de taxas ou da obtenção de lucros.

– O presidente anda pelo Brasil afora, soldando um cano [gasoduto] no Espírito Santo, um cano no



Motta: Petrobras tem recursos para obras porque vende gasolina mais cara do mundo

Rio Grande do Sul. Esses canos são propriedades da Petrobras, que é uma estatal, mas também multinacional. É uma empresa que vive investindo em todas as partes

do mundo e não só no Brasil. Essas obras a Petrobras tem feito, sobretudo, porque obtém recursos vendendo a gasolina mais cara do mundo para os brasileiros.

Motta acusou ainda o PT de distribuir panfletos com boatos sobre uma suposta intenção do candidato a Presidência Geraldo Alckmin, caso eleito, de privatizar estatais como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, e cortar os programas sociais Bolsa Família e Bolsa Escola.

– Privatizar fabricantes de ônibus, fábrica de aço é uma coisa. Privatizar Banco do Brasil, Petrobras e empresas estratégicas é outra, bem diferente – ressaltou.

ACM apela a ministro para que diga de onde saiu o dinheiro do dossiê

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) fez um apelo ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para que revele ao país de onde saiu o dinheiro que seria utilizado por integrantes do PT supostamente para comprar um dossiê sobre candidatos do PSDB.

O senador afirmou que a revista *Veja* recebeu telefonema da direção da Petrobras comunicando que a estatal não será mais anunciante porque a revista estaria atacando o governo.

– Mas nem por isso a *Veja* vai mudar de orientação. Esta semana, traz toda a trama do dossiê pelo qual o PT pagaria R\$ 1,7 milhão. Lula tem que esclarecer o enigma chamado Freud – disse Antonio Carlos, referindo-se ao assessor especial do presidente, Freud Godoy, envolvido nas denúncias sobre o caso do dossiê.

ACM acrescentou que o governo federal, “que já tinha conseguido a demissão do jornalista Boris Casoy da Rede Record, foi à Justiça para impedir o jornalista e escritor Arnaldo Jabor de trabalhar”. Ele lembrou que o PT, no Congresso, sempre condenou a censura, e pediu que o partido



Antonio Carlos quer que Lula esclareça “como se gasta o dinheiro do povo”

modifique sua conduta e passe a ver a liberdade de imprensa como um bem da democracia.

O senador também falou sobre os cartões corporativos, dizendo que eles foram criados pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, mas que Lula, assim que tomou posse, assinou decreto tornando sigilosas as informações sobre o seu uso.

– Retiram dinheiro vivo e fazem compras inacreditáveis para os familiares do presidente Lula. Foram R\$ 34 milhões. Temos que tomar uma providência. Queremos saber como se gasta o dinheiro do povo e o Lula poderia esclarecer isso nos debates na tevê.

Mão Santa diz que país vive momento pior que a ditadura

Ao avaliar a conjuntura política neste processo eleitoral, Mão Santa (PMDB-PI) declarou que, a seu ver, o momento atual é o pior da história do Brasil.

– Eu vivi a ditadura e hoje vivemos um momento pior que aquele: um mar de lama, de corrupção e de indecência. Votem pela alternância no poder. Alckmin é fruto do político mais sério que já conheci: Mário Covas. Árvores boas dão bons frutos – afirmou.

O parlamentar comentou que se sentiu enganado pelo presidente Lula por ter acreditado que o PT era formado por homens sérios, honestos e éticos. Ele lembrou que, após 15 anos de poder, Getúlio Vargas deixou a Presidência sem possuir sequer uma geladeira.

– Lula está muito bem, sairá da Presidência com uma boa aposentadoria – observou.

Em aparte, Roberto Saturnino (PT-RJ), autor de um livro sobre Getúlio Vargas, disse que o ex-presidente também foi, à época, acusado de corrupção,



Mão Santa defende alternância no poder e critica o empréstimo consignado no Brasil

acrescentando que a expressão “mar de lama” surgiu com o jornalista Carlos Lacerda, opositor de Vargas.

Mão Santa também comemorou a concessão do Prêmio Nobel da Paz a Muhammad Yunus, do Grameen Bank, de Bangladesh, considerado o pai do microcrédito.

– É uma pena que no Brasil, ao contrário, o PT trouxe o empréstimo consignado em folha, uma das maiores desgraças que já pegou os funcionários públicos e os aposentados, vítimas de uma propaganda enganosa – criticou.

Jereissati acusa governo de abafar investigações sobre compra do dossiê, Viana registra explicações da PF, Ideli comenta privatizações e Efraim aponta "mentiras"

Viana lê nota da Polícia Federal contestando *Veja*

O senador Tião Viana (PT-AC) leu em Plenário nota da Polícia Federal (PF) repudiando matéria publicada na revista *Veja* desta semana, sobre uma possível "operação abafa" para tentar minimizar a importância do escândalo da compra do dossiê contra o prefeito e candidato a governador de São Paulo José Serra.

A nota da PF contesta as acusações dos autores da matéria estampada na página 49 da revista com o título "Um enigma chamado Freud". A reportagem trata de mudanças no depoimento do ex-agente da Polícia Federal Gedimar Pereira Passos, preso no flagrante da descoberta da compra do dossiê, que teria retirado as acusações de envolvimento do ex-segurança pessoal do presidente Lula, Freud Godoy, no episódio.

De acordo com a nota, o texto da matéria apresenta "relatos inverídicos e imprecisos" em relação à remoção de carceragem de Gedimar e de Valdebran Padilha, integrante do PT e preso também em flagrante com o dinheiro do dossiê. Os dois estavam sob custódia na prisão da Polícia Federal



Tião Viana lamenta que a revista *Veja* levante suspeitas sobre ação da PF

em São Paulo e depois foram transferidos para a carceragem da PF em Cuiabá.

A nota também contesta a informação de que o superintendente da Polícia Federal em São Paulo, delegado Geraldo José de Araújo, teria recebido telefonema do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, indagando sobre eventual "respingo" do escândalo no presidente da República.

Ao finalizar seu pronunciamento, Tião Viana associou-se à contestação da PF e disse lamentar que um veículo como a *Veja*, "conhecido pelo papel relevante que prestou a favor da democracia", tenha levantando suspeitas sobre a ação da PF no caso.

O senador ainda classificou de "moralidade seletiva" a cobrança da oposição por maior rapidez nas investigações do escândalo do dossiê. Para ele, o combate à corrupção deve ser amplo.

– O ideal é que os responsáveis pela operação assumissem sua culpa, mas infelizmente é difícil para pessoas assumirem seus erros – afirmou o parlamentar do PT.

Para Jereissati, Polícia Federal está sendo usada de maneira fascista

O presidente do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE), disse ontem que o governo transformou a Polícia Federal em "polícia política", ao utilizar alguns de seus membros para "abafar" a investigação que poderia elucidar a operação de compra de um dossiê para prejudicar as candidaturas de José Serra a governador e de Geraldo Alckmin a presidente da República.

– O governo Lula está usando a Polícia Federal de maneira fascista, e nós vamos lutar de todas as maneiras para impedir esse uso – declarou Jereissati, ao lado do presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), e do presidente do PPS, deputado Roberto Freire (PE).

Eles acabavam de se reunir no gabinete de Jereissati para definir estratégias de ação destinadas a garantir a lisura das investigações e a impedir que o governo interfira com seu poder econômico e administrativo em prol da reeleição do presidente Lula. Participaram ainda do encontro o senador José Jorge (PFL-PE), candidato a vice-presidente na chapa de Alckmin, e os senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE) e

Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Os parlamentares decidiram solicitar à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que acompanhe as investigações sobre o dossiê negociado entre o empresário Luiz Antônio Vedoin, o líder da máfia das ambulâncias, e um grupo de petistas ligados à campanha presidencial e à campanha do senador Aloizio Mercadante (PT) ao governo de São Paulo.

– O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, não tem mais credibilidade para comandar as investigações e está destruindo a credibilidade da Polícia Federal – afirmou Jereissati. O senador exigiu que se apure a denúncia publicada pela revista *Veja*.

Os partidos que apóiam Alckmin ingressarão no Tribunal Superior Eleitoral com pedido para que a suposta "operação abafa" seja investigada. Também pedirão ao TSE que investigue o que Jereissati chamou de "megamensalão", ou seja, o apoio do governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PPS), a Lula depois da promessa do presidente de liberar R\$ 3 bilhões para o reescalonamento da dívida de produtores rurais.

Efraim quer 13º salário para quem recebe Bolsa Família

Efraim Morais (PFL-PB) protestou ontem contra o que classificou de "desespero da campanha petista" à Presidência da República, dizendo que, à falta de um programa de governo, o partido estaria "inventando mentiras" como a de que o candidato Geraldo Alckmin, caso seja vitorioso no segundo turno das eleições presidenciais, iria privatizar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Em resposta à insinuação de que Alckmin, se eleito, acabaria com o programa Bolsa Família, Efraim pediu a aprovação de projeto de sua autoria (PLS 262/06) que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta cria o benefício natalino, equivalente ao 13º salário, para os beneficiários do programa. O senador criticou o PT por considerar seu projeto eleitoreiro e salientou que, se eleito, Alckmin vai aprimorar o Bolsa Família.

Como presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Bingos, Efraim Morais acusou o PT de ter indicado diretores corruptos, que desviaram recur-



Efraim critica oposição do PT ao abono natalino a beneficiários do Bolsa Família

dos da Caixa Econômica Federal, como no caso das irregularidades da multinacional G-Tech, investigada pela CPI. O senador lembrou que, assim como o ex-presidente da instituição Jorge Mattoso, outros 39 indicados pelo governo petista foram denunciados pelo Ministério Público.

Efraim recordou o episódio que levou à queda do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci e do ex-presidente da Caixa

Jorge Mattoso, envolvendo a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, para demonstrar que os diretores da instituição estariam envolvidos em escândalos no corrupção do governo Luiz Inácio Lula da Silva. O mesmo teria ocorrido com o Banco do Brasil, sendo o caso mais recente o de Expedito Velloso, envolvido com a compra do dossiê contra a candidatura de José Serra ao governo de São Paulo.

– Lá [na CPI], mostramos que partiu de dentro da Caixa Econômica o auxílio para que se quebrasse o sigilo do trabalhador para desmoralizá-lo e salvar a pele do PT e do ministro – lembrou Efraim.

Ideli critica privatizações feitas nos governos de Covas e Alckmin

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) criticou ontem as privatizações feitas durante o período em que Geraldo Alckmin foi vice-governador e governador de São Paulo. Segundo ela, o advento do segundo turno das eleições trouxe para o debate esse tema. Ideli citou matéria, publicada domingo no jornal *O Globo*, que faz uma retrospectiva dessas privatizações.

– Entre a venda de 20 empresas e concessões de rodovias, a privatização naquele período arrecadou R\$ 77,5 bilhões, dinheiro que foi utilizado para o pagamento da dívida, que mesmo assim cresceu 33%. Enquanto isso, o investimento em saúde, educação, habitação e assistência social caiu de R\$ 4,5 bilhões, entre 1991 e 1994, para R\$ 1,9 bilhão, entre 1999 e 2002 – assinalou.



Ideli compara PPPs a leasing, com retorno do patrimônio ao governo

Ramez Tebet (PMDB-MS) disse, em aparte, que não compreendia porque o tema da privatização só agora estava recebendo atenção no Plenário. Tebet observou que o Congresso aprovou a proposta de parcerias público-privadas (PPPs), encaminhada pelo governo, e questionou se isso não é privatização.

– E o Código Florestal? Não é uma espécie de privatização?

Ideli respondeu comparando as PPPs a "uma espécie de leasing", em que iniciativa privada e governo compartilham investimentos e, após o fim do contrato de exploração, o patrimônio fica com o governo.

A senadora ainda protestou contra a utilização de adesivos para automóveis contendo o desenho de uma mão de quatro dedos cortada por uma faixa preta de "proibido".



Ex-professora e senadora eleita, Marisa Serrano é formada em Letras e Pedagogia

Prioridade de Marisa Serrano no Senado será a educação

A ex-professora Marisa Joaquina Monteiro Serrano, mais conhecida como Marisa Serrano (PSDB-MS), que irá representar Mato Grosso do Sul no Senado, afirmou, em entrevista à Agência Senado, que sua prioridade será a educação. Formada em Letras e Pedagogia, a parlamentar recém-eleita foi secretária de Educação em seu estado entre 1980 e 1982.

Marisa disse que também dará atenção à criação de empregos, “pois é por meio do trabalho que o jovem exerce sua cidadania”; à saúde, defendendo os programas de prevenção que beneficiam a criança, o idoso e a mulher; e ao agronegócio, a base da economia sul-mato-grossense.

– O agronegócio é um setor estratégico que deve receber toda a atenção do governo, em suas esferas federal, estadual e municipal, principalmente em relação à política de sanidade animal e vegetal – destacou ela.

Marisa Serrano já atuou como vereadora por Campo Grande (eleita em 1977) e como deputada estadual por Mato Grosso do Sul (eleita em 1994 e reeleita em 1998). Ela vinha exercendo, desde o início de 2005, o cargo de vice-prefeita de Campo Grande, para o qual havia sido eleita no ano anterior.

Reformas

A nova senadora também defendeu a realização das reformas política, tributária e previdenciária, declarando que a primeira “é urgente, pois o povo brasileiro não agüenta mais conviver com a atual situação de impunidade e de perda de critérios morais e éticos nas relações políticas”.

– É necessária uma reforma política que produza uma legislação uniforme, que não permita abusos do poder econômico – frisou.

Em relação ao seu estado, ela disse que atuará para que o governo de André Puccinelli (PMDB), recém-eleito, “atinja suas metas e cumpra os compromissos assumidos com a população”.

Senador cita diretor-geral da Unesco e sociólogo espanhol para lembrar que Brasil precisa investir na difusão do conhecimento e na ampliação de ferramenta tecnológica

“Nova alfabetização” é desafio para o país, afirma Maciel

Ao destacar ontem em Plenário a importância da educação e da internet para o desenvolvimento do país, o senador Marco Maciel (PFL-PE) mencionou artigo do diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Koichiro Matsuura, no qual ele afirma que, “no futuro, o potencial de desenvolvimento de uma sociedade dependerá menos de suas riquezas naturais do que de sua capacidade de difundir e utilizar o conhecimento”.

Citando o diretor-geral da Unesco, Maciel ressaltou que “a criatividade e as possibilidades de troca ou partilha aumentam muito nas sociedades interligadas em rede, pois essas sociedades criam ambiente especialmente favorável ao conheci-



Maciel quer esforço no sentido da nova alfabetização

mento, à inovação, à formação e à pesquisa”.

O senador também ressaltou que, segundo Koichiro Matsuura, “as novas formas de sociabilidade na internet são horizontais, e não hierárquicas, encorajando a cooperação, fato que é muito bem ilustrado com

o que ocorre nas pesquisas sobre *softwares* com códigos de fonte aberta”.

Maciel citou ainda o sociólogo espanhol Manuel Castells, o qual teria afirmado que “a grande campanha de alfabetização do século 21 estará concentrada em como ter acesso à internet, com que equipamentos e a que custo”.

– O Brasil terá de empreender um grande esforço no sentido da nova alfabetização, além de buscar investir cada vez mais para promover um amplo e pleno processo de utilização dessas novas tecnologias da informação e do conhecimento – enfatizou Marco Maciel.

Cidadãos poderão saber quanto pagam de tributos

Poderá ser votado hoje, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o projeto resultante da campanha De Olho no Imposto, que mobilizou empreendedores, profissionais liberais e trabalhadores para tornar mais transparente o que o consumidor paga de tributos no Brasil.

Tendo como primeiro signatário o presidente do Senado, Renan Calheiros, o projeto (PLS 174/06) destina-se a informar o consumidor sobre o que ele paga de fato na compra de mercadorias e serviços. O texto exige que conste da nota fiscal o valor aproximado correspondente à totalidade dos tributos federais, estaduais e municipais embutidos no preço da venda.

Em defesa do projeto, Renan Calheiros diz que tornar transparentes os valores pagos ao Estado brasileiro, permitindo ao contribuinte compará-los com o que recebe em contrapartida, é dar ao consumidor o melhor instrumento possível de avaliação do comportamento do poder público perante os cidadãos. Renan afirma ainda que o propósito básico do projeto é converter o contribuinte em cidadão capaz de exigir a correta aplicação de seus recursos.



O texto foi entregue ao Legislativo no início deste ano, em meio a ampla manifestação, no Salão Negro do Congresso Nacional, promovida pela Associação Comercial de São Paulo. O evento foi o desfecho de um movimento que colheu 1.564 assinaturas de apoio ao projeto por todo o país.

Além de exigir que a nota fiscal informe a totalidade, mesmo que aproximada, dos tributos pagos, o projeto determina que a apuração do valor dos tributos incidentes deverá ser feita em relação a cada mercadoria ou serviço, separadamente, inclusive nas hipóteses de regimes jurídicos tributários

diferenciados dos respectivos fabricantes, varejistas e prestadores de serviços.

Na CMA, o projeto tem como relator o senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), que apresentou uma emenda apenas sobre mudanças na técnica redacional. Quintanilha reconhece que o princípio da transparência dos impostos, previsto na Constituição, até hoje não se tornou realidade no Brasil. De acordo com o relator, o cidadão brasileiro não tem a percepção do montante dos tributos que paga, porque, além dos impostos diretos, enfrenta grande quantidade de tributos indiretos.

Senado expõe documentos sobre Mato Grosso

Uma exposição de documentos relativos à divisão territorial dos estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul e o lançamento do livro *Corumbá: terra de lutas e de sonhos* são as principais atrações que o Senado está levando para a 3ª Feira do Livro do Mercosul (Femerco), que será realizada em Campo Grande, de amanhã a 23 de outubro. A 3ª Femerco é promovida em conjunto com a 1ª Bienal do Livro do Centro-Oeste, a 1ª Jornada Literária MS e a 1ª Expo-Jurídica.

Outra atração é a apresentação do espetáculo de mamulengo *O Casamento de Tião Sem Sorte com Chiquinha Muito Prazer* no palco principal do armazém cultural da estação ferroviária de Campo Grande.

No espaço reservado no estande do Senado para a exposição de documentos históricos, o destaque será a cópia da Lei Complementar 31, de 11 de outubro de 1977, assinada pelo então presidente da República Ernesto Geisel. Esse foi o documento que desmembrou o estado de Mato Grosso em dois, criando Mato Grosso do Sul.

A obra *Corumbá: terra de lutas e de sonhos*, de Valmir Batista Corrêa, reúne três décadas de pesquisas que se transformaram em artigos sobre a história de Corumbá.

As atividades transcorrerão das 14h às 23h e a entrada será gratuita. Além do Senado, participam do evento editoras e autores independentes do Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul e países do Mercosul.

Conselho recebe indicações para o diploma Bertha Lutz

O conselho responsável pela concessão do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz receberá indicações para o prêmio até 1º de novembro.

O diploma é destinado a homenagear mulheres que, no país, tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e a questões do gênero. As indicações deverão ser encaminhadas por qualquer entidade, governamental ou não, de âmbito nacional, aos senadores que compõem o conselho ou à Secretaria Geral da Mesa, pelos endereços encontrados na página http://www.senado.gov.br/comunica/bertha_lutz.

Papaléo presta homenagem aos professores e médicos brasileiros

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) cumprimentou ontem em Plenário os professores e médicos brasileiros pela passagem das datas comemorativas de ambas as profissões. Segundo o parlamentar, o Dia dos Professores, festejado no domingo, e o Dia dos Médicos, que se celebra amanhã, são datas que devem ser destacadas pela importância da atuação dos médicos e dos educadores no país.

Papaléo começou o pronunciamento congratulando todos os professores e professoras do Brasil, que, em sua avaliação, são os trabalhadores que têm a maior responsabilidade “para a construção de uma sociedade justa e sem desigualdades”. O senador observou que a categoria não tem sua importância reconhecida pelos governantes do país.

Ao afirmar ser imprescindível para o Brasil um sistema educacional de boa qualidade, o senador criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por não priorizar a educação em seu governo. De acordo com Papaléo, são necessários e urgentes investimentos maciços no setor.

Homenageando os médicos e médicas brasileiras, o parlamentar aproveitou para elogiar outros profissionais da área de saúde, como enfermeiros, dentistas, fisioterapeutas, nutricionistas e psicólogos, “desempenhando todos eles funções imprescindíveis para o nosso bem-estar físico e mental”.

Papaléo criticou a má distribui-



Segundo Papaléo, o governo não dá a devida atenção a esses profissionais

ção dos médicos pelo território nacional e ressaltou que vários estados, como Piauí, Pará e Maranhão, estão abaixo da proporção de médicos recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que é de pelo menos um para cada grupo de mil habitantes. Além da melhoria dos salários, o senador disse que os médicos dos hospitais públicos precisam de uma política de estímulo à sua fixação, principalmente no interior dos estados.

– É imprescindível uma remuneração digna e justa para os médicos empregados no serviço público, aqueles que atendem a população mais pobre nas condições mais precárias de trabalho – afirmou.

O senador aproveitou para pedir a criação de um curso de Medicina na Universidade Federal do Amapá (Unifap). Ele explicou que o Amapá é o único estado do país que não conta com um curso para a formação de médicos. Os senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Ideli Salvatti (PT-SC) fizeram apertes ao discurso de Papaléo.

Jucá defende maior valorização e apoio aos educadores de Roraima

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) cumprimentou os professores do Brasil, e em especial os de Roraima, pela passagem do seu dia, comemorado no domingo, 15 de outubro.

– Pelo papel que desempenham, por serem alavanca de transformação social, os professores deveriam estar valorizados e motivados. No entanto, sabemos que os professores de Roraima não estão. Mas não podemos desanimar e reafirmo aqui meu compromisso de contribuir com a melhora dessa situação – disse o parlamentar.

Pesca

Romero Jucá também registrou a abertura de processo de licitação, pelo Ministério da Pesca, para a construção das instalações de uma fábrica de



Papel dos professores na transformação social no Brasil é ressaltado por Jucá

gelo e de um entreposto de pesca no porto de Caracará, segunda cidade do estado de Roraima, e de uma fábrica de gelo em Rorainópolis.

As obras, de acordo com o parlamentar, são destinadas a melhorar as condições de trabalho e a renda dos mais de 5 mil pescadores que atuam na região.

Programa realizado para celebrar o Dia das Crianças reúne filhos de servidores do Congresso e de parlamentares, que conheceram o ambiente de trabalho dos pais

Crianças aprendem brincando como funciona o Legislativo

Aproximar a criança do ambiente de trabalho de seus pais e, ao mesmo tempo, mostrar a ela como funciona o Congresso – especialmente o Senado –, de que forma são criadas as leis e transmitir a meninos e meninas noções de democracia. Essas são algumas das metas do *Eu Senador* o Dia das Crianças, projeto realizado ontem em duas turmas, uma pela manhã e outra à tarde, com crianças de três a 14 anos, filhos de funcionários da Casa.

– Sempre visitei o Senado, desde pequeno, e hoje sou diretor. O contato com a Casa, propiciado pelo evento, é um estímulo para as crianças no futuro se tornarem servidores ou até mesmo parlamentares – afirmou Agaciél Maia, diretor-geral do Senado.

As crianças assistiram a uma peça teatral apresentada pelo Grupo Mapati que explica de forma lúdica o funcionamento

do Congresso e que tem os integrantes da turma do Menino Maluquinho, de Ziraldo, como personagens. Também participaram de jogos com temas relativos ao Legislativo, incluindo a elaboração de projetos de lei e as votações em Plenário. Os atores explicaram a importância das leis para a sociedade, de que forma os parlamentares representam a população e ensinaram como se dá a tramitação de um projeto de lei, desde a fase de apresentação até ele ser sancionado pelo presidente da República.

– Elas precisam ser influenciadas desde a infância, quando se forma a consciência política e de cidadania – explicou João Carlos Zoghbi, diretor de Recursos Humanos.

Interação

A diretora de Relações Públicas e uma das organizadoras do evento, Juliana Rebelo, explicou que a intenção foi unir duas de-

mandas: o interesse das crianças por visitar o ambiente de trabalho dos pais e por conhecer o funcionamento do Senado. A passagem do Dia das Crianças foi considerada a oportunidade ideal para executar o projeto. Como parte da programação, uma cartilha elaborada pelo cartunista Ziraldo – e que serviu de inspiração para a peça – foi distribuída.

Além do teatro, as crianças conheceram as dependências do Senado e da Câmara e receberam um *kit* com lanche.

– Eu aprendi um pouco na escola, mas vir aqui é muito mais interessante, aprendi mais e foi muito divertido – disse Fernanda Félix, de 10 anos.

O evento foi organizado pela Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal e contou com o apoio de outros órgãos da Casa, como a Secretaria de Recursos Humanos e o Serviço de Qualidade de Vida.



Grupo Mapati encena peça de teatro baseada em cartilha elaborada por Ziraldo, com personagens da turma do Menino Maluquinho

Saturnino fala sobre a importância da democracia

Representando os demais senadores, Roberto Saturnino (PT-RJ) falou às crianças presentes ao evento *Eu Senador* o Dia das Crianças, realizado ontem no Salão Negro do Congresso Nacional, em homenagem ao Dia das Crianças e dedicado aos filhos dos servidores. O senador explicou às crianças que a democracia representativa é um sistema de governo surgido em substituição ao “mandonismo

dos reis” e que, embora tenha defeitos, ainda é o melhor sistema encontrado pelos políticos para governar o país.

– A aproximação do Legislativo com as crianças, desde os primeiros anos de vida, é importante para que elas tenham uma idéia, um sentimento do que é o regime democrático e a função das pessoas que são os representantes do povo – salientou o parlamentar.

Entusiasmado, Saturnino fez questão de dizer às crianças que elas dão “força, ânimo e coragem” para que os parlamentares continuem exercendo sua função e lutando por melhorias para o país.

Em seguida, as crianças assistiram a uma apresentação teatral dos integrantes do Grupo Mapati sobre a importância das leis e como elas são feitas no Congresso Nacional.

Projeto dispensa licitação no caso de sigilo científico

Tramita na Comissão de Constituição e Justiça, para decisão terminativa, projeto de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que visa dispensar o processo de licitação quando for necessário preservar segredos científicos, tecnológicos e industriais de importância para a defesa nacional.

A dispensa será determinada, segundo o projeto, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão, com a garantia da preservação do sigilo necessário ao bem ou serviço. De acordo com a proposta, o parecer será elaborado nos termos da legislação que dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.

Ao justificar sua iniciativa, Crivella afirma que “a aplicação da versão atual da Lei de Licitações cria dificuldades para o controle de sigilo tecnológico, científico, industrial ou estratégico nas contratações ou aquisições de bens, tecnologias e serviços de caráter sensível, podendo comprometer a implementação da Resolução nº 1.540 do Conselho de Segurança das Nações Unidas”.

O senador explica que essa resolução, de abril deste ano, que contou com o apoio do Brasil, estabelece para os países signatários “medidas de verificação dos seus sistemas legais, visando à não-proliferação de armas de destruição em massa e ao combate ao terrorismo”.

Segundo Crivella, o Ministério da Ciência e Tecnologia, num trabalho em parceria com a Agência Brasileira de Inteligência, e em atendimento ao parágrafo 8.d da referida resolução, “detectou, no que se refere à aplicação da Lei de Licitações (8.666), que os casos abrangidos pelos incisos do artigo 24 não se mostram suficientes para que dados sigilosos, de caráter tecnológico, científico, industrial ou estratégico, sejam preservados”.



Marcelo Crivella explica que objetivo é adequar lei a recente resolução da ONU

Com o argumento de que é preciso evitar abusos nas concessões à iniciativa privada, senador propõe restabelecimento de dois dispositivos vetados pelo Executivo

Simon quer concessão florestal sob a fiscalização do Legislativo

O Plano Anual de Outorga Florestal (Paof) poderá voltar a incluir dois dispositivos que foram vetados pelo Executivo. Projeto de autoria de Pedro Simon (PMDB-RS), em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), visa restabelecer no texto da Lei 11.284/06, como esclarece o senador, mecanismos de controle legislativo essenciais ao cumprimento do “estrito poder de fiscalização do Congresso Nacional”.

A primeira alteração proposta (PLS 254/06) prevê o retorno, no texto legal, da determinação de que o Paof seja submetido à prévia aprovação do Congresso quando incluir a concessão de florestas públicas com área superior a 2.500 hectares.

“Ora, é imprescindível que o Poder Legislativo aprove a concessão dessas áreas, a fim de evitar que sejam cometidos abusos nas concessões”, diz Simon.

O senador também sugere a reinserção de artigo atribuindo competência ao Senado Federal para aprovar a nomeação dos membros do conselho diretor do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), como constava no texto original da lei.

Para Simon, a inclusão dos dois artigos é “importante e impres-



Simon: país possui grandes florestas públicas e Congresso deve preservá-las

cindível” para que o Congresso Nacional exerça o controle da concessão de florestas públicas, não se tratando, assim, em sua opinião, de abuso de poder.

“Trata-se de relevante interesse de toda a Humanidade, eis que as maiores florestas públicas do mundo encontram-se no país, e a nós cabe o dever de preservá-las”, concluiu o senador na justificativa do projeto de lei.

Após análise na CCJ, a matéria segue para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde tramitará em decisão terminativa.

Propaganda eleitoral

Outro projeto de autoria de Pedro Simon, que aguarda decisão terminativa da Comissão de Justiça, altera a lei eleitoral, com

o objetivo de criar um programa semanal, no período de veiculação da propaganda eleitoral gratuita, com informações sobre os candidatos que respondem a processo por crime ou quebra de decoro parlamentar.

No programa, previsto para ir ao ar aos domingos, a lista dos candidatos nessa situação seria divulgada pela Justiça Eleitoral. Além dos nomes, o projeto (PLS 255/06) prevê a divulgação do cargo ao qual o político concorre, o número do processo e o objeto da acusação.

Conforme a proposta, a Justiça Eleitoral informará que esses candidatos não são culpados até o trânsito em julgado de sentença penal que os condene, ou até que o órgão competente decida pela perda de seus mandatos.

Segundo Simon, o projeto visa propiciar maior esclarecimento sobre a situação dos postulantes a cargos eletivos, a fim de que o cidadão possa fazer suas escolhas de forma mais consciente. O senador reconhece que tais dados, ainda que transmitidos com objetividade, podem ensejar prejulgamento. Todavia, considera importante a divulgação da situação processual de candidatos, para que o eleitor exerça seu direito à informação.



Proposta de Cristovam prevê avaliação de escolas por autoridades municipais

de 200 dias de efetivo trabalho escolar e de uma carga anual de 800 horas, bem como com a não-observância da exigência de aplicação, no setor, de 18% da receita da União e de 25% da receita dos estados e dos municípios. Conforme o projeto, o descumprimento das normas previstas configura crime de responsabilidade, implicando as sanções já previstas na legislação.

Cristovam defende atendimento médico e odontológico a estudante

Com a finalidade de aperfeiçoar o setor de educação no país, Cristovam Buarque (PDT-DF) apresentou projeto que modifica dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), incluindo, entre outras alterações, a exigência específica de atendimento médico e odontológico aos estudantes, no capítulo referente à assistência à saúde.

Cristovam argumenta que a garantia de atendimento médico e odontológico é pré-requisito para a qualidade do processo de ensino e aprendizagem escolar no país.

Pela proposta (PLS 4/06), o processo de avaliação do rendimento escolar na educação infantil dos ensinos fundamental, médio e superior, previsto no ar-

tigo 9º da LDB, precisa objetivar a definição de prioridades e a melhoria da qualidade de ensino em todas as suas modalidades. O projeto determina que os municípios encarregados de autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino também precisam avaliar os resultados do processo educacional.

O senador observa que a lei contém um vácuo quanto à avaliação das escolas dos sistemas municipais. Por isso, a proposta prevê que a avaliação seja feita pelas próprias autoridades municipais que autorizam e supervisionam os estabelecimentos de ensino.

Cristovam manifesta preocupação com o não-oferecimento



Valdir Raupp afirma que aumento no prêmio dos seguros chega a até 1.000%

Raupp propõe maior ação da Susep contra abuso de seguradora

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai examinar, em decisão terminativa, projeto de lei do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) que possibilita o controle do aumento de prêmios e de cancelamento de contratos de seguro de vida pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

O projeto, que tem como relator o senador Romero Jucá (PMDB-RR), acrescenta alínea ao artigo 36 do Decreto-Lei 73/66, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados e regula as operações de seguros e resseguros.

Esse dispositivo estabelece que, nos contratos de seguro de pessoas, individuais ou coletivos, a Susep, na qualidade de executora da política traçada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), deverá fixar limites para o aumento do prêmio e estabelecer condições para sua rescisão ou não-renovação.

Na justificativa da proposta, Raupp argumenta que as seguradoras estão promovendo reajustes de até 1.000% nos prêmios de seguro de vida contratados no Brasil, com maior impacto para pessoas de idade superior a 50 anos. O parlamentar observa que esses aumentos têm sido considerados abusivos e já foram concedidas liminares na Justiça para restringi-los.

“Os provimentos judiciais, esparsos e de caráter provisório, não têm conseguido refrear os abusos dos responsáveis por aumentos tão desproporcionais nos prêmios de seguro. Tal situação viola os princípios constitucionais da igualdade, da dignidade da pessoa humana, da proteção do consumidor e da segurança jurídica. Além disso, vai na contramão dos preceitos estabelecidos pelo Estatuto do Idoso”, afirma Raupp.

Em razão disso, ele sugere que seja conferida à Susep competência de controle sobre esses aumentos, bem como o estabelecimento de regras para a rescisão ou não-renovação dos contratos.